Frente do trabalho na Guerra

Coleção Documentos da Amazônia Nº 60

Fac-similado

Leopoldo Péres

Edições Governo do Amazonas

Frente do trabalho na Guerra

(Fac-similado)

Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 60

GOVERNO DO
AMAZONAS

Governador do Amazonas
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador do Amazonas
Samuel Assayag Hanan

Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Desporto
Robério dos Santos Pereira Braga

Secretária Executiva de Estado da Cultura, Turismo e Desporto
Vânia Maria Cyrino Barbosa

Secretária Executiva Adjunta
Inês Lima Daou

Assessor de Edições
Antônio Auzier Ramos

Associação dos Amigos da Cultura
Saul Benchimol
Presidente

Alberto Paixão Gonçalves
Diretor Executivo

SEC
Secretaria de Estado da
Cultura, Turismo e Desporto

Av Sete de Setembro, 1546 - anexo ao Centro Cultural Palácio Rio Negro
69005-141 Manaus - Am - Brasil Tels (92) 633 2850 / 633 3041 / 633 1357 - Fax (92) 233 9973
e-mail sec@visitamazonas.com.br - www.visitamazonas.com.br

Leopoldo Péres

Frente do trabalho na Guerra

(Fac-similado)

Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 60

Edições Governo do Estado
Manaus - 2001

Copyright 2001 Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto

Acompanhamento Editorial: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA

Editoração Eletrônica: Lídia Santos da Silva

Capa: Lídia Santos da Silva

Péres, Leopoldo
Frente do trabalho na guerra / Leopoldo Péres (facsimilado). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.
17p.: 21cm (Coleção Documentos da Amazônia, n. 60)

1. Amazônia - História I. Título

CDD 981.2 CDU 981(811.31)

O que estamos conseguindo realizar nas atividades culturais de modo geral não tem paralelo no governo. No campo editorial já superamos todas as marcas, dando oportunidade aos novos escritores, reeditando clássicos da Amazônia, reanimando autores que, de há muito, não manifestavam interesse em retornar às lides literárias, gerando emprego na indústria editorial, renda e permitindo, o que é mais importante, que as prateleiras das livrarias e bibliotecas sejam permanentemente renovadas de autores com vinculações com a nossa terra.

E ainda há muito para realizar. E vamos persistir neste trabalho de ideal e preparação do futuro.

Amazonino Armando Mendes
Governador do Estado do Amazonas

Apresentação

Há figuras que povoam o lendário do homem amazônico. Assombrações que vasculham o Recife Velho e fizeram em Gilberto Freire um dos seus grandes estudiosos, como há vultos que se impõem nas civilizações modernas pelo brilho e valor de sua inteligência. Desde cedo, ainda menino, ouvia e reconhecia dizeres que proclamavam a inteligência e em particular o brilhantismo da oratória de Leopoldo Peres, tribuno e advogado, acadêmico e político que esteve em par com Waldemar Pedrosa, fez carreira e banca respeitada.

Escritor, jornalista, parlamentar, ocupou uma das poltronas da Academia Amazonense de Letras, da qual foi secretario geral, Presidente do Departamento Administrativo do Estado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Amazonas, presidente da Associação Amazonense de Imprensa, delegado do Amazonas no 1°. Congresso de Direito Jurídico, e no 1°. Congresso das Academia de Letras, em 1936, deputado estadual e relator geral da Constituição do Estado do Amazonas, em 1935, deputado federal pelo Amazonas.

Robério Braga

LEOPOLDO PÉRES

Frente do Trabalho na Guerra

IMPRENSA PÚBLICA
1942
MANAUS—Amazonas

LEOPOLDO PÉRES

Presidente do Departamento Administrativo
do Amazonas

FRENTE DO TRABALHO NA GUERRA

O Proletariado Brasileiro e a Palavra de Ordem do Presidente Getúlio Vargas, na Marcha para a Vitória

IMPRENSA PÚBLICA
MANAUS—AMAZONAS
1942

ORAÇÃO PROFERIDA NA SÉDE DA "UNIÃO OPERÁRIA DE MANAUS", EM SESSÃO DA "LIGA AMAZONENSE CONTRA O EIXO", A 27 DE AGOSTO DE 1942. —

SENHORES:

Em discurso ao povo amazonense, a seis de abril pretérito, através da radio-emissora local PRF-6, na série inaugurada pelo interventor Alvaro Maia acêrca da posição do Brasil face ao desenvolvimento da guerra no hemisfério americano, tive ensejo de afirmar, aludindo à famosa apóstrofe de Churchill, que esta luta — luta de ciclopes e titans — não terminaria, e não terminará, sem que todos, mas absolutamente todos os povos, hajam levado o seu tributo de "sangue, suór e lágrimas" à cruzada santa da redenção do homem e da salvação do mundo, acossados pela barbárie.

Focalizei, então, com argumentos objetivos, a possibilidade, que já ali se me afigurava iminente, de um golpe de fôrça dos corsários nazi-fascistas e asiáticos sobre o litoral das Américas e, muito em particular, sobre as águas territoriais brasileiras; e lembrei a advertência do Presidente Vargas, de que deviamos estar atentos e vigilantes, não sómente para combater, na hora exata, o inimigo que ousasse defrontar-nos, senão tambem, e com o maior afinco, para neutralizar a ação do inimigo de portas-a-dentro, porventura abrigado à sombra da nossa bandeira e no recesso hospitaleiro dos nossos lares.

OS FATOS CONFIRMAM AS PALAVRAS

O torpedeamento sistemático das embarcações que arvoravam o pavilhão auriverde, em demanda a portos estadunidenses, ou de retorno aos nossos portos, preludiára apenas o ataque miserando que nos seria, logo depois, desfechado. Mais depressa do que fôra lícito supor, verificou-se o que, nada obstante, era lícito esperar: a agressão, desapiedada e brutal aos nossos navios, em mares nossos, e bem à vista da nossa fímbria litorânea, atingindo o patrimônio e a soberania de uma nacionalidade, que fizera do culto ao direito e à paz o imperativo categórico da sua civilização. E não sofre dúvida alguma de que, nessa emboscada sinistra, colaboraram os cúmplices dos sicários do Eixo que se alapam e acoitam por todo o país, nas mil e uma atividades facinorosas da quinta-coluna..

Não quero, com isso, armar ao iluminismo ou ao infalibilismo da profecia; até porque, segundo a crônica dos anexins, ninguem é profeta na sua terra e na sua época. De resto, jamais aspirei à preciência dos vaticínios, nem pretendi oraculizar fôsse em que fôsse. Mas, onde os fatos lógica e necessariamente se encadeiam, guardando entre si uma relação sensivel de causa e efeito, por certo que se não há-de mistér, no percebê-los, a visão-lince ou o senso divinatório dos áugures e arúspices, hierofantes e sibilas.

Na hipótese em tela, só os não vislumbraria a pirronice ingênua dos ideólogos ou a obstinação tendenciosa dos cegos que não queriam vêr... E a realidade aí está: os fatos confir-

mam as palavras, e vão alem do que elas poderiam, razoavelmente, sugerir.

UM CRIME INSENSATO E ESTÚPIDO

Não sei se na história dos povos, sequer os mais adentrados na selvageria primitiva, os mais insubmissos aos evangelhos da caridade, os mais refractários aos ditames da conciência humana, haverá exemplos de uma fereza tão féra, de uma crueldade tão crua, de uma tão álgida e atróz atrocidade, como a desses monstros que se valeram das sombras noturnas, quais lobos do monte, para acometer e destruir, sem aviso prévio, a barcos inermes, carregados de mulheres e crianças, cujas vidas inocentes repousavam na confiança ilusória de que o sentido da misericordia ainda latejava nas almas, aproximando o homem de Deus. Encontra-los-emos, talvez, nos torvos anais de 1 914, e perpetrados pelos mesmos assassinos impassiveis, hoje reincidentes, que, no anátema de Rúi Barbosa, rehabilitaram a Caim, excedendo-o e humilhando-o na enormidade do fratricídio. Sei, porem, que não ha memória de um crime tão insensato e estúpido, pela gratuidade dos seus motivos, nem tão contraproducente nos seus resultados para o agressor.

De feito, e bem lançadas as contas, que vantagem colimára, ou visaria alcançar a Alemanha, por si e seus sequazes, nesse atentado cobarde contra navios mercantes fazendo o comércio de cabotagem de um país como o nosso que, embora o fervor do seu espírito panamericano e o desassombro da sua leal cooperação na defesa comum das Américas, timbrava em manter-se à margem do conflito, como timbrara na observância de uma impecavel neutralidade, antes que se ele alastrasse às latitudes continentais?

Nenhuma, evidentemente. Entretanto, as consequências, para ela desastrosas, desse gesto de barbarismo e insânia não se fizeram demoradas: o Brasil com todo o acervo das suas reservas inexauríveis na esfera económica; com todo o seu potencial humano; com todo o entusiasmo e a revolta vindicativa do seu povo; com toda a flama, a resistência e a bravura dos seus soldados, passou, de um lance, a integrar o grupo luminoso das Nações Unidas, a que já o vinculavam os liames de cultura e civilização, de inteligência e instinto, de fé e esperança nos destinos de um mundo melhor. E com o Brasil seguirão certamente, inevitavelmente, mais cêdo ou mais tarde, as demais nações sul-americanas, constituindo um bloco homogêneo e inamovivel de energias jovens, que apressarão a derrocada espetacular das potencias do Mal e o advento de uma éra universal de radiantes e duradouras aleluias.

GUERRA EM LEGÍTIMA DEFESA

Eis por que estamos em guerra.

Guerra, não procurada nem declarada pelo Brasil, mas que o Brasil se viu na contingencia de aceitar — e aceitou-a

varonilmente!, — colocando-se não à altura, senão muito acima do aviltoso desafio que lhe foi dirigido com afronta aos mais elementares preceitos de altruismo e de honra. Guerra em legítima defesa, contra uma agressão não provocada e injusta. Guerra em legítima defesa do patrimônio moral e material da Nação, contra a jolda de vândalos que andam à solta no mundo, desfraudando a fortuna e ameaçando a existencia livre dos povos. Guerra em legítima defesa, para a qual marcharemos com a galhardia, o destemor e a viril certeza de vitória, que enobrecem as grandes causas e justificam os grandes sacrifícios coletivos.

Disse Roosevelt, alhures, que a América odeia a guerra. O Brasil, mais do que qualquer outro povo nas Américas, a odeia, tão profundos e arraigados os sentimentos pacifistas de sua gente, tão claras e magnânimas as diretrizes jurídicas da sua política internacional, tão elevada, generosa e humana a sua compreensão da lei, da justiça e da liberdade. Odiar a guerra não significa, porem, recusá-la com pusilanimidade e deshonra. E de uma degradação semelhante não se correm, mercê de Deus, os fastos intemeratos da formação nacional.

De raro em raro, tivemos de brandir armas e arrostar a luta; mas invariavelmente o fizemos, e por circunstâncias inexoráveis, na defesa da nossa integridade e do nosso brio; ou na salvaguarda dos mandamentos eternos da razão e do direito. Por primeiro, no concerto das nações cultas, erigimos em dogma o arbitramento, inscrevendo-o como postulado basilar da nossa conduta externa, ao tempo que na própria carta fundamental da República se insculpia, em áureo relevo, a condenação expressa do nosso instinto de liberdade às guerras de conquista.

O sentido absorvente e imperialista das nações de rapina nunca jamais nos fascinou. Temos, sim, uma fórmula nossa de imperialismo; mas o imperialismo do Brasil é aquele justo e fecundo imperialismo, que o Presidente Vargas lapidarmente definiu: o imperialismo que consiste na ampliação das suas fronteiras internas, e na integração das suas riquezas num sistema de economia coerente, excluindo e anulando as forças desintegradoras da nacionalidade.

Nos campos de batalha, em chão estrangeiro, por três vezes relumbrou, transverberando nas paisagens do Pampa, a espada invicta de Caxias, símbolo da Pátria unida e imortal; nênhuma, porem, que não fôsse para abater a tirania, restituir a faculdade de viver a nações assoladas pelo terror, ou repelir as algaras caudilhescas que perturbavam a tranquilidade das Américas e se entregavam desenfreadamente às orgias do sangue e às volúpias do despotismo. E com as estrelas fúlgures de Caxias e Osório, as flâmulas de Barroso e Tamandaré, drapejando, triunfantes, aos ventos do Sul.

Em 1914, quando a civilização ocidental se encontrou assediada pela mesma besta apocalítica que hoje se reencarna na hedionda figura do anti-Cristo germânico, de novo nos foi imperioso atender às vozes da conciência americana e ao clamor do universo ultrajado. Batemo-nos, naquela época, ainda e sempre, pelos altos determinismos que haviam presidido à nossa evolução histórica, cimentando a unidade de nossa Pátria, asse-

gurando o seu prestígio no exterior, cintilando e dominando em Háia no verbo meridiano de Rúi Barbosa.

Diversas não se nos apresentam as razões que, nesta emergência, nos impelem às ameias da cidadela do Espírito, sitiada pela horda ululante dos bárbaros: mais uma vez é o Brasil compelido às vicissitudes e aos sofrimentos da guerra para não traír os alcandorados desígnios de sua vocação civilizadora e heróica.

BENDITA IMPIEDADE!

Não será, portanto, de bradar ao sacrilégio o considerarmos bendita, paradoxalmente bendita, a horrenda impiedade que levou o Brasil, num rapto magnífico, ao logar que lhe estava reservado entre as nobres e vigorosas nacionalidades ora de corpo e alma apostadas em restaurar a ordem no mundo e enjaular os loucos-varridos que atearam fogo ao inestimavel cabedal da inteligência humana e cristã. Bendita, sim, ainda que paradoxalmente bendita, a impiedade que acelerou a incorporação das forças ágeis e resolutas da nossa coragem e da nossa fé, do nosso trabalho e da nossa economia, às luzidas coortes que terão de construir, no dia de amanhã, a fórmula equânime de uma harmonia criadora entre homens e raças, povos e nações. Bendita, muitas vezes bendita, a terrífica impiedade que nos proporcionará, a final, o ensejo de cooperar, como juizes retos mas inflexiveis, no castigo tremendo aos culpados pela carnicéria a que assistimos, pela dor e o luto, a orfandade e a miséria que empolgam a terra; de concorrer ao severo julgamento dos "gangsters" internacionais, que não trremeram de imolar ao seu diabólico egoismo, ao seu delírio vesânico de grandeza, à sua megalomania do poder, milhões e milhões de vidas úteis e preciosas, enchendo a terra de pavor e escombros, de choro e angústia inenarráveis, a ecoarem, como uma litania de desespero, nos séculos que hão-de vir.

O ERRO DE 1 918/19.

De mister será, todavia, que não prevaleça, nessa hora selene, o idealismo seródio e utópico de 1 919.

Para justificar os atos de violência e astúcia que lhe permitiram evadir-se às sanções do Tratado de Versalhes, e reincidir agora, com tresdobrado furor, no crime de ha trinta anos, apresentou-se a Alemanha aos olhos do mundo como nação espoliada, vítima de uma iniquidade política sem precedentes, e desse modo logrou atrair sobre o famigerado documento o clima que sabemos, universal e apaixonadamente adverso.

Formou-se, com efeito, mercê dos engodos da diplomacia germânica, seus filósofos e pensadores, e dos quinta-colunistas intelectuais a seu serviço na imprensa estrangeira, a convicção generalizada de que o diploma da Galeria dos Espelhos, lavrado — segundo eles — ao arrepio dos rudimentos de equidade entre vencedores e vencidos, se tornara o maior obstáculo à consoli-

dação da paz na Europa, e fonte permanente de novos e mais cruentos litígios. Sob essa cavilosa alegação, fez o militarismo teutonico tábula-rasa das obrigações que assumira e, fiél ao princípio "clássico" de que os tratados são "farrapos-de papel", entrou a forjar as armas com que haveria de desencadear a sangueira de 1 939, cujos imensos caudais se derramam por sobre o facies convulso do orbe.

A verdade, porem, é que o erro do instrumentto jurídico de Versalhes, saturado do teoricismo wilsoniano, exatamente se nos depara, não no rigor das suas cláusulas substanciais, ou nas cominações impostas à Alemanha prussificada, senão na extrema benignidade, no sentimentalismo lírico-romântico de que foi objeto a nação direta e exclusivamente responsavel pelo delito inominavel de 1 914.

Estou com Winston Churchill, quando nos demonstra que o célebre Tratado, em que pése às inscrepações que se lhe possam desferir, "foi um instrumento suave em comparação com as concepções alemãs". E é quasi inimaginavel a revelação que nos faz o "premier" britânico, de haverem os vencedores de 1 918, a Inglaterra e os Estados Unidos principalmente, canalizado em empréstimos à Alemanha, "afim de que ela pudesse modernizar as suas indústrias e restabelecer o seu bem estar econômico", somas muitas vezes superiores às que lhe foram impostas pelas reparações de guerra, de resto nunca por ela integralmente satisfeitas. (1)

UMA NAÇÃO "OUT-LAW".

Os fatos que presenciamos acumulam-se no comprová-lo. Porque, se em 1 919 houvesse a Alemanha desaparecido do mapa da Europa, tangida do convívio das nações policiadas como elemento subversor da ordem e da paz, por certo não estaria a humanidade a carpir, neste instante, a desgraça que a aflige e dessangra, o furacão de ferro e de ódio que destroi pelos alicerces tudo quanto o genio e o esforço do homem haviam laboriosamente reconstruido, após a passagem arrazadora dos novos Hunos.

A França, que não consentiu em 18 na marcha de Foch sobre Berlim, e aceitou, vencedora, contra o voto do chefe glorioso do Marne, uma fronteira de vencida, e duas vezes vencida (2), deplora no infortúnio dos dias presentes a fatal imprevidência daquela hora dramática.

Que se não reproduza, pois, esse erro calamitoso. Do mesmo passo que se excluem das relações em sociedade os individuos perniciosos à ordem jurídica e moral estabelecida, só têm o direito de viver à face da terra os povos que se não

(1) — W. Churchill — "Sangue, Suor e Lágrimas". 1 941, pag. 119.

(2) — R. Recouly — "Le Mémorial de Foch", préface, VI.

tornaram incompatíveis com os requisitos assentes da coexistência internacional.

No caso da Alemanha, já se não trata, óbviamente, de uma nação em "estado perigoso", que exija a incidência de medidas de segurança comum, mas de uma nação-celerada, uma nação "out-law", cujos atentados indizíveis contra as leis divinas e humanas bradam aos céus e clamam a mais dura e implacavel punição. O espírito de 1 914, "manifestado por um grosseiro e inculto Hohenzollern", e o de 1 939, "por um inculto e grosseiro pintor de paredes", possuidos, os dois ambos, da mitomania do domínio universal, é em tudo o mesmo, ao que reconhece, com insuspeição, Emil Ludwig: — o espírito prussiano que, antepondo por sistema a violência ao direito e a audácia ao escrúpulo, ha oitenta anos inquieta a Europa e o mundo.

Urge, de uma vez por todas, maniatá-lo, a esse endemoniado espírito de agressão, tal como à demencia furiosa se aplicam, de regra, as camisas de força.

ENTRE A LIBERDADE E A SERVIDÃO.

Operários do Brasil!

Muitas vezes se tem afirmado, e não será inutil repetir, que esta guerra não é apenas uma guerra de nações e de raças, de continentes ou ideologias políticas, de valores sociais ou econômicos em presença. Antes e acima de tudo, é uma guerra em que se defrontam duas concepções de vida, dois conceitos diametralmente antagônicos do homem e do seu destino. O presidente Franklin Roosevelt resumiu o debate nesta alternativa irrecusavel: a escolha entre a liberdade e a servidão.

"Esta não é uma guerra comum — exclamou o chefe da grande democracia do Norte. E' uma revolução imposta pela força das armas, que ameaça todos os homens por toda parte. E' uma revolução que se propõe, não a libertar os homens mas a escravizá-los; e a reduzí-los à escravidão no interesse de uma ditadura que já mostrou a extensão das vantagens que espera obter". (1)

Não precisarei falar-vos, trabalhadores brasileiros, da ominosa condição das massas proletárias na Alemanha de Hitler e na Italia de Mussolini, o paises ocupados, para não aludir tambem ao milenário obscurantismo nipônico. Bem avaliareis qual seja ela, num regime de que foram suprimidos os direitos imprescritiveis da consciência e do espírito, da palavra e do pensamento.

Na sua celebrada encíclica Mit Brennender Sorge, de 1937, já nos denunciara Pio XI, com a enorme autoridade da investidura ecumênica, o clima da Alemanha nazista e, pois, dos seus tristes vassalos, como irrespiravel à dignidade mesma da pessoa. O homem, o operário sobretudo, nada mais vale sob a tirania nazi-fas-

(1) — Our democracy in action (trad. port.), 1 942, pag. 184.

cista, obsessa dos Mitos do Sangue e da Raça, conforme o Santo Padre, do que uma peça inexpressiva e automática na entrosagem do Estado. E todas as liberdades que constituem os atributos por excelencia da vida humana deixaram literalmente de existir, asfixiadas na temperatura dantesca dos campos de concentração, ou espavoridas à sombra sinistra da Gestapo e dos pelotões de fuzilamento.

Expondo, sensacionalmente, às Americas, os planos do supergangsterismo hitlerista, na delirante hipertrofia do velho sonho pangermânico de dominação universal, fala-nos um notavel analista de guerra, em livro a que já de outra feita aludi (1), dos metodos a que recorrem os "boches" para suprir as necessidades espantosas da sua máquina de opressão. As populações escravizadas vêem-se na dolorosa contingência de abandonar os seus países e os seus lares, os seus haveres, os seus filhos, a sua religião, a sua lingua, e uma vez conduzidas às zonas agricolas ou industriais do Reich, ficam sujeitas a trabalhos forçados, produzindo o material bélico ou alimentando as culturas, de que se utilizará o inimigo para lhes prolongar a agonia de ilotas ou espostejar-lhes as próprias pátrias.

DEVER DO PROLETARIADO.

Esta é, portanto — operários do Brasil! — a hora decisiva, a hora suprema, em que se ha-de-pôr à prova o vosso devotamento cívico, a vossa capacidade de ação e cooperação na defesa, a qualquer prêço, do solo inviolavel da Pátria, importa dizer, das legitimas, árduas e generosas conquistas que vos foram outorgadas no sistema de vida, na organização política e na economia do nosso povo, por índole inadaptado ao jugo ignominioso da tirania.

Não ha hesitação, que razoavelmente se admita, entre as gargalheiras do escravo e o oxigenio tonificador da liberdade humana. Viveis num país livre, onde os benefícios individuais ou coletivos se vos grangearam sem contendas inúteis, sem luta de classes, sem efusão de sangue, sem os preconceitos odiosos das castas privilegiadas. Viveis numa democracia longânime e cristã, cujas instituições, impregnadas nesse dominio, dos ensinamentos da "magna-carta" em que Leão XIII proclamou a "redenção do proletariado", — a nunca assás benemérita encíclica De Rerum Novarum,— assimilaram e praticam os mais lídimos postulados de justiça distributiva, conciliando as reivindicações santas do trabalho e os direitos essenciais da propriedade privada, com a autoridade normativa e coordenadora do Estado.

A legislação brasileira, no consenso unânime dos que a podem julgar, é a mais adiantada, a mais culta, a mais sábia de quantas,

---

(1) — André Cheradame — Dias decisivos (A defesa das Américas), 1942.

no mundo atual, regem esses direitos e reivindicações inseqüestráveis. E o Estado Nacional, que lhe completou a fecunda elaboração revolucionária, encontra o primeiro dos seus fundamentos angulares, na ordem economica, em erigir o trabalho à categoria de "dever social", sob a proteção e solicitude especiais do poder público.

A' frente dessa democracia forte e justa, disciplinada e orgânica, está o homem de pról que, pelas suas virtudes preclaras, pela fortaleza do seu carater e clarividência do seu patriotismo, mas, sobretudo, pelo seu amôr às multidões obreiras e sua profunda identificação com as aspirações e as fadigas, os sofrimentos e as alegrias do trabalhador, *houve de consagrar-se, no voto espontaneo* do povo, o operário maior do Brasil: Getúlio Vargas!

Ele é o Chefe, o Condutor, o Guieiro iluminado da Nação. Sigamo-lo, pois, aonde quer que nos determinem a sua coragem e o seu genio. Na atmosfera de epopéia que penetramos, não ha logar para a vacilação dos pusilânimes ou a dubiedade reticente dos fracos e derrotistas; senão, apenas, para os que se não temem de arrostar a peleja e morte. "Em momentos supremos — como disse o Presidente — os riscos não contam, porque "é preferivel perder a vida, a perder as razões de viver." Só assim ficaremos à altura das responsabilidades que a hora nos impõe; só assim seremos dignos da patria que os maiores nos herdaram, e dignos de a transmitir, integra no vulto e na honra, às gerações que nos sucederem.

FRENTE DO TRABALHO NA GUERRA.

Operários do Brasil!

Na guerra que estamos travando, na guerra em que o Brasil se vai ago a diretamente empenhar, mais talvez que do valor dos exércitos, no campo de batalha, dependerá a vitória do funcionamento eficiente dos dispositivos de luta na frente interna.

Em última análise, como ensinava Foch, o bom exito na guerra sempre foi, e há-de ser sempre, a resultante de uma dosagem minuciosa, de um rigoroso equilibrio do material e do moral. A medula e o nivel do elemento humano, a experiencia tática dos chefes, a fibra e a flama interior do soldado, representam, sem dúvida alguma, índices os mais *significativos no coeficiente do triunfo.*

O fator moral e humano é que, por sobre todos os outros, venceu em 1911. Mas, ainda que redivivo em 1940, o espírito de 1911 não lograria o milagre de vencer, tão profundo e extenso o despreparo técnico e material da nação; tão obstinado o anacronismo da sua organização militar; tão exasperantemente lento o rítmo da sua produção bélica; tão manifesta, afinal, a sua inferioridade em armas e forças, frente a um adversário poderoso que revolucionara os próprios métodos da guerra, imprimindo-lhe a rapidez ciclónica das furias desapoderadas da natureza.

Não ha contestar, em verdade, o lamentavel estado de desmoralização coletiva, e não meramente política, como pretende Jacques Maritain, a que chegara a França de 1939. Donde o poder-se asseverar, com Tristão de Ataide, que a derrota militar daquele belo e amado país — estranha derrota que aniquilou o material e o moral dos exércitos, deixando os homens quase intactos — não foi evidentemente fruto de causas puramente militares. A condição militar de um povo — observa lucidamente o ilustre pensador — é a consequência de um complexo de causas em que os motivos religiosos, morais, intelectuais, políticos e econômicos entram como um contingente decisivo". E o novo Sedan de 1940 — "tão trágico e tão mais decisivo que o de 1870 — foi fruto de uma decadência em todos os domínios, religioso, moral, intelectual, político e econômico", que se processara por longos anos e encontrara na derrota o seu epílogo catastrófico. (1)

Isso nada obstante, se quizermos cogitar apenas das causas imediatas da debâcle, com exclusão dos seus motivos transcendentes, haveremos de as encontrar ali onde as assinalou, em síntese, o general De Gaulle, a saber, como "o resultado inevitavel do choque entre um exército organizado dentro de princípios em desuso e um exército preparado para uma guerra mecânica moderna". (2) E mais do que isso: o inevitavel desfecho do choque entre uma nação que se aferrara ao tradicionalismo irredutivel da sua economia rotineira, da sua mentalidade paysanne, incapaz de se amoldar, pelo menos com a necessária presteza, às exigencias vertiginosas do embate hodierno, e de outra nação, que exsurgira das cinzas da derrota transformada numa formidavel usina de guerra.

No desdobramento desse ponto de vista, respeito à tragédia de França, sustenta Richard Lewinson, conhecido e abalizado comentador do conflito atual, que, nesta arrancada, levarão a melhor, iniludivelmente, os paises industriais, portanto, aquele grupo de nações que sobrepujar no rendimento da produção para as despesas da luta.

"Claro que os efetivos e a qualidade dos soldados hão de ter sempre um papel importante, — explana esse escritor. Mas o material tornou-se o fator dominante, que compensa cada vez mais os efetivos. O estado do armamento reforça ou enfraquece o moral, a disposição para a resistência. O material quebra a conciência e faz romper os acordos mais sagrados. Como num grande match desportivo para um campeonato internacional, os mais fracos são rapidamente eliminados. As grandes potencias que subsistem são os países que possuem propriamente uma forte indústria de arma-

---

(1) — Jacques Maritain e Tristão de Ataide — **Noite de Agonia em França**, pg. 50

(2) — Gardon Waterfield — O que aconteceu na Franca, pg. 199.

mentos, — os que possuem uma verdadeira organização da sua indústria. Qualquer que venha a ser o desfecho da guerra, um fato já é evidente: a vitória dos paises industriais". (1)

Duas são, na realidade, as frentes de batalha que decidem os destinos do homem e da civilização cristã, neste terrivel duelo com as maltas sanguissedentas da barbaria animalizada. Mas, numa época, como a dos dias presentes, em que a guerra passou dos esplêndidos painéis napoleônicos, e das trincheiras soturnas de 1914, para o movimento dinâmico das grandes massas mecanizadas, a equação da vitoria há-de fatalmente resolver-se pelos valores efetivos do trabalho, na frente da produção.

E' a guerra em que todos colaboram, no interesse de todos; a guerra de todos e de cada um, porque do esforço conjugado de todos — moços e velhos, homens, mulheres e crianças — em todos os sectores de luta, é que resultará o bom exito final, na alvorada redentora do mundo novo. E' "a guerra dos combatentes desconhecidos", como a designou o estupendo Churchill, — a guerra em que todos teremos de pelejar, sem um momento de repouso ou de pausa, "até que a sombra maldita de Hitler não mais escureça a nossa éra". Antes e acima de tudo, porem, é a guerra da máquina e da fábrica, da lavoura e dos campos, do estaleiro e da oficina, da ciência e da arte, da economia e da indústria, numa palavra, a vossa guerra, — operários do meu país! — a guerra que teremos de levar e vencer pelo vosso braço e pelo vosso espírito, pelo vosso labôr e pela vossa abnegação, pela vossa perseverança e pela vossa fé.

Já no histórico discurso que vos dirigiu a 1.º de maio último, nas comemorações anuais do Trabalho, repelindo com decisão intimula as bravatas e ameaças totalitárias, mostrava o presidente Vargas que — "a palavra de ordem a que devemos obedecer é produzir sem desfalecimento, produzir cada vez mais".

> "Não nos enganemos, — declarou o chefe da Nação, visionando a tormenta que se aproximava de nós. O mundo já não reconhece o direito de viver aos fracos, aos inermes, aos desamparados. Principalmente, se possuem riquesas fáceis de mobilizar e materias primas indispensaveis à paz e à guerra. E' preciso, pois, para preservar a América da cobiça dos conquistadores, torná-la autônoma, cercando-a de inexpugnavel muralha de resistência econômica, e só o trabalho conjugado dos seus povos o conseguirá. Cumpre-nos, assim, executar com fé e coragem a parte que nos toca nesse programa gigantesco."

E já agora, a parte que nos toca nesse gigantesco programa, é o de uma colaboração ativa, nos vários quadrantes de ação,—porque estamos em guerra.

(1) — Os sessenta dias trágicos da França, 1941, pg. 223|29.

Mobilizemos, de logo, todas as energias, por minimas que sejam; todas as atividades, onde quer que se estejam exercendo; todas as vontades e todos os corações, nessa direção constante, nesse objetivo inflexivel, nesse ideal acendrado e heróico: a vitória das democracias, a vitoria das Américas, a vitória do Brasil.

UNIDOS, VENCEREMOS.

Nesta hora crucial da nacionalidade, hora crepuscular da liberdade no mundo, hora em que as pátrias livres periclitam, só ha uma diretriz, um caminho e um lema: a união sagrada pelo Brasil.

Permiti — amigos e compatrícios meus — que eu vos insista nesta veemente e abrazada exortação, nesta jaculatória votiva, de férvida e exaltante confiança patriótica: façamos a União Sagrada, como a França de Clémenceau e de Barrès, em torno ao símbolo sacrosanto da Pátria; façamos um juramento de fidelidade à Nação e ao homem excelso que a conduz; façamos, de corpo e espirito, uma intransponivel barreira, uma infrangivel muralha humana, para vencer ou morrer pelo Brasil.

E Deus estará conosco, porque a causa é de Deus.

Todavia, para que possamos efetivamente vencer, é necessário, em primeiro, que as nossas almas se fundam, fraternizadas, irmanadas, indesatavelmente associadas, nos cadinhos ardentes da nossa fé e do nosso amôr à Pátria comum.

O momento ,pela sua excecional gravidade, não comporta dissídios nem animadversões entre brasileiros. Dividir a Nação em compartimentos estanques, correntes hostís, ou grupos inconciliaveis, ao sabor de tendências e opiniões personalíssimas, afigura-se-nos um erro inclassificavel contra a segurança e a integridade do Brasil. E' que assim, imprudentemente, estaremos fazendo o jogo da quinta-coluna, dos agentes provocadores, que pretendem semear a confusão para colher a desordem, sabotar o trabalho e desarticular a unidade do país, nesta hora grave.

E' preciso, portanto, como acentuou o bravo interventor fluminense, comandante Amaral Peixoto, invocando a lição de Rúi Barbosa, que não atiremos aos nossos adversários ou inimigos o labéu de inimigos do Brasil. Descaridoso e iníquo fôra, de feito, o proscrever-se, ou tentar-se proscrever, do serviço da Nação e da sua defesa, por simples e humilhantes suspeitas, a milhares e milhares de brasileiros, e só em razão das convicções políticas e doutrinárias, ou dos compromissos ideológicos, a que porventura se tenham, ontem, de bôa fé filiado.

Não ha ,por certo, crime maior nem mais ignobil, que o de lesa-pátria .O traidor, hoje travestido de quinta-colunista, é o réprobo, o renegado, o precito, o patricida, cujo nome queima e macula os lábios que o proferem, cuja sombra transitará amaldiçoada na lembrança indelevel dos pósteros. Não ha, em consequência, injúria

mais grave, vilta mais deprimente, agravo mais fundo, que o de acusar a alguem de um tão feio e vilipendioso delito.

De bom aviso é, pois, que se não levantem contra brasileiros os termos desse libelo nefando, a implicar sanções de morte moral e execração civil, sem provas que o instruam cabalmente. As arguições apaixonadas ou levianas, que nesse sentido se fizerem, sobretudo se as inspiram as explosões da vindicta privada, os transbordamentos de méres rancores pessoais, vexam e deprimem, por sem dúvida, não apenas os individuos acaso por elas inocentemente atingidos, senão tambem, e muito ao de perto, a conciência do nosso povo, o sentimento de todos os brasileiros, a tradição cívica de nossa Pátria, cuja história — Deus louvado! — não se deslustra dessas nódoas abomináveis.

Que se não use, por isso mesmo, e a qualquer pretexto, de liberalidade, nem indulgência, para os que surpreendidos em culpa tão sacrílega, ou convencidos de responsabilidade em atos que a envolvam. A estes, não se lhes dê quartel, porque se terão mostrado incompossíveis com o qualificativo de brasileiros, decaindo dos requisitos elementares da própria condição humana.

"Antes que tenhamos de combater o inimigo ostensivo, venha do mar ou do ar — dizia-vos eu, no prefalado discurso de 6 de abril, — urge conosco o combate sem tréguas, e desde já, conforme advertiu o Presidente Vargas, ao inimigo dissimulado, insidioso, que se esgueira na sombra, dentro de nossa própria casa, aguardando o ensejo de caír sobre os nossos lares, as nossas propriedades e as nossas vidas. E tanto aos agentes adventícios da quinta-coluna, que entregaram a Europa ao hitlerismo voraz, como aos brasileiros, indignos deste nome, que se mostrem acumpliciados, por ação ou omissão, nessa atividade sinistra. Para estes, triste legião de condenados que vendem a alma ao diabo e a pátria ao estrangeiro, pelas trinta moedas da delação; para estes, mais do que para quaisquer outros, não pode haver tolerancia nem transigência, que não implique, por sua vez, delito irremissivel de leso-patriotismo. Não ha sentimentalismo que se compreenda — concluia — numa emergência, como a que vivemos, em que se lançam, com a sorte das Américas e do mundo, os destinos mesmos de nossa pátria, sua soberania, sua integridade, sua independência".

COM GETÚLIO VARGAS, PELO BRASIL.

Operários do Amazonas:

A Pátria está em luta. Digámo-lo corajosamente: a Pátria está em perigo, como todas as pátrias livres do mundo. E a causa da Pátria é a vossa causa: a causa da redenção da espécie humana, contra o vandalismo e a barbárie.

Batalhai por ela! E ficareis na memória das gerações. A Pátria é imortal, exclamou o Presidente. Ouçamo-lo e combatamos, sem olhar ao sacrifício e à morte. Nas horas decisivas, recomendava

Péricles, exaltando os mortos do Peloponeso, mais vale sair da vida no apogeu da glória, do que nela permanecer por entre as sombras do pavor. Assim se dirá dos homens, como dos povos e das nações conçientes do seu direito, na pleniposse do seu destino.

Com Getúlio Vargas, pelo Brasil!

AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA